

QUALIDADE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DAS MICRORREGIÕES CATARINENSES DE CURITIBANOS, ITUPORANGA, TABULEIRO E XANXERÊ

Louis R. Westphal¹, Thiago Berka²

¹ Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, rs53@cse.ufsc.br

² Aluno de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, hiei3x@hotmail.com

Resumo

O desenvolvimento econômico passou por uma ampliação de seu significado atualmente. Antes, variáveis econômicas que só focavam na renda eram predominantes na análise e busca do desenvolvimento. Esta situação mudou e duas visões de crescimento são as que demonstram o novo paradigma de desenvolvimento: o desenvolvimento com redução da pobreza do Bando Mundial e a qualidade do crescimento de Thomas (2000). Nestas visões, variáveis sociais, ambientais e a desigualdade entram fortemente na equação de desenvolvimento. Mais importante que o puro aumento do PIB está como o crescimento acontece, se ele é qualitativo. Dessa forma, o objetivo deste artigo é avaliar a qualidade do crescimento analisando variáveis de educação, PIB *per capita*, saúde, condições de moradias, pobreza, renda, desigualdade e desemprego, com base nos dados de instituições como IBGE, IPEA, PNUD e do governo de Santa Catarina, das microrregiões de Curitibanos, Ituporanga, Tabuleiro e Xanxerê. Procede-se inicialmente uma apresentação das visões de crescimento para ter-se um arcabouço teórico, e após são feitas as avaliações e apontamentos quanto à qualidade do crescimento econômico obtido nas microrregiões estudadas bem como são feitas comparações entre elas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Microrregiões; Qualidade do Crescimento

Introdução

O desenvolvimento econômico atualmente tem uma concepção não só de busca por puro crescimento econômico, porém envolve algo mais amplo, como crescimento aliado ao progresso material e bem-estar da população com redução da pobreza. Conforme demonstra o relatório do Banco Mundial, “Desenvolvimento e Redução da Pobreza Reflexão e Perspectiva” (2004), é a partir da década de 90 que se entrou em uma compreensão mais ampliada de pobreza, saindo das tradicionais e limitantes variáveis renda e consumo para uma dimensão mais ampla que envolve educação, saúde, participação social e política, segurança pessoal, liberdade e qualidade ambiental. Dessa forma, agora a pobreza é enxergada como a incapacidade de alcançar padrões e identificar se estes são ou não alcançados.

Complementando esta noção de desenvolvimento com redução da pobreza, está a questão da qualidade do crescimento, ou seja, como este ocorre e se os benefícios e resultados são realmente impactantes, sustentáveis e bem distribuídos entre as camadas da população. Esta é a visão da “qualidade do crescimento” de Thomas (2000). Não basta aumento de renda *per capita* para haver desenvolvimento econômico com qualidade, é preciso também melhoras em outros fatores para beneficiar a população e aumentar sua

qualidade de vida. Entre estes fatores estão uma educação mais eqüitativa e oportunidade de emprego; maior igualdade de gênero; melhor saúde e nutrição; meio ambiente mais limpo e sustentável. Sistema judicial e legal imparcial; Liberdades civis e políticas amplas; e vida cultura mais rica.

Portanto o objetivo do presente artigo é analisar a qualidade do desenvolvimento econômico e a redução da pobreza das microrregiões catarinenses de Curitiba, Ituporanga, Tabuleiro e Xanxerê. Para atingir tal objetivo será analisada a evolução dos indicadores sócio-econômicos que caracterizam a qualidade do crescimento, buscando assim encontrar variáveis e contextos que possam estar conduzindo a diferentes situações de desenvolvimento e diminuição da pobreza. Na primeira seção são apresentadas as visões de desenvolvimento. Na segunda seção são demonstrados e analisados todos os indicadores sócio-econômicos para uma avaliação da qualidade do crescimento. Na terceira seção então há uma análise final da qualidade do crescimento em conjunto com uma comparação microrregional e finalmente na quarta seção são feitas as considerações finais.

1 Visões de desenvolvimento econômico

As visões de crescimento que serão a base teórica do presente artigo são “a qualidade do crescimento” de Thomas (2000) e “Desenvolvimento e Redução da Pobreza Reflexão e Perspectiva” (2004) do Banco Mundial que são apresentadas a seguir.

1.1 A qualidade do crescimento

Nesta visão de desenvolvimento econômico tão importante quanto o andamento do crescimento econômico está a sua qualidade, sendo que “tanto as fontes como os padrões da forma de crescimento delineiam os resultados do desenvolvimento” (THOMAS, 2000, p. XXIII). Para melhorar a qualidade de vida das pessoas é preciso mais que uma renda *per capita* maior, é necessário melhorias em outras variáveis qualitativas como explica o autor. Entre elas estão uma educação mais eqüitativa, oportunidades de emprego, maior igualdade de gênero, melhor saúde e nutrição, meio ambiente mais limpo e sustentável, sistema judicial e legal imparcial, liberdades civis e políticas amplas finalmente uma vida cultura mais rica.

Assim (THOMAS, 2000, p. XXIV) afirma que “a qualidade do processo de crescimento e, não apenas seu andamento, afeta os resultados do desenvolvimento”. É por isso que o andamento do crescimento em países desenvolvidos consegue ser sustentável, pois se preocupam exatamente com os aspectos qualitativos do processo de crescimento.

O modo pelo qual o crescimento é gerado é muito importante. A qualidade do processo de crescimento, não apenas seu andamento, afeta os resultados do desenvolvimento (...) o andamento do crescimento tem sido mais sustentável nos países em desenvolvimento e industrializados, que se preocupam com os atributos qualitativos do processo de crescimento. De fato, há um relacionamento de mão dupla entre o crescimento econômico e as melhorias nas dimensões sociais e ambientais. (THOMAS, 2000, p. XXIV)

Segundo Thomas (2000), são três os princípios-chave de desenvolvimento: Foco sobre os valores capital físico, humano e natural; Atender aos aspectos distributivos no decorrer do tempo; e enfatizar a estrutura institucional para o bom governo.

Para Thomas, os três valores (capital físico, humano e estrutural) devem ser equilibrados e neutros de forma a ser menos distorcido. Os países que dão atenção predominante ao capital físico tendem a aplicar políticas que subsidiem determinadas atividades econômicas, muitas vezes beneficiando o capital. Na questão social por sua vez há subinvestimento na educação e na saúde e super exploração do capital natural. Portanto, a abordagem mais equilibrada viria com políticas que privilegiassem também o capital humano, como investimento em educação e no capital natural da qual dependem muitas pessoas pobres. A consequência disto seria a contribuição do capital humano e natural para a acumulação de capital físico, pois aumenta seus retornos.

Os aspectos distributivos que Thomas (2000) cita, dizem respeito a uma distribuição equitativa dos bens produtivos de modo que a remuneração seja também mais uniforme. Assim os resultados econômicos serão mais equitativos se as oportunidades de educação também foram mais bem distribuídas. De fato, milhares de pessoas estão constantemente um pouco acima da linha da pobreza, sendo que ciclos e crises podem jogá-las de volta a pobreza. Assim o crescimento preciso ser estável e não apenas focar nas oportunidades, mas na volatilidade e desigualdade dos resultados do crescimento. Importante então gerenciar o risco financeiro para evitar estas instabilidades.

Finalmente, a estrutura do governo é o terceiro princípio-chave que enfatiza a importância da eficiência e transparência do governo para o desenvolvimento sustentável. Thomas (2000) cita neste princípio a necessidade do bom funcionamento das burocracias, estruturas reguladoras, liberdades civis e instituições responsáveis e transparentes. O autor também demonstra como a corrupção e a captação das políticas estatais pela elite é danosa ao desenvolvimento ao reduzir os resultados efetivos conseguidos. Assim “investir na capacidade para um melhor governo é a principal prioridade para uma melhor performance econômica” (THOMAS, 2000, p.XXIX).

A noção de desenvolvimento proposta pela qualidade do crescimento implica que as medidas de desenvolvimento tenham foco na verificação do bem estar do povo e não apenas as tradicionais mensurações feitas apenas por taxa de crescimento. Este crescimento precisa ser analisado quanto a sua sustentabilidade e composição. O crescimento do PIB possui limitações pois, não exprimem realmente qual o grau da qualidade do crescimento que se está obtendo, o que exige então a integração com outros indicadores multidimensionais de bem estar.

Para Thomas (2000) o crescimento do PIB é indicador de crescimento crucial, mas parcial do progresso econômico. Portanto, na visão da qualidade do crescimento, além da tradicional taxa de crescimento do PIB e do PIB *per capita*, os indicadores utilizados para avaliar o desenvolvimento são a alfabetização, mortalidade infantil, desigualdade de renda, expectativa de vida e pode-se incluir também o índice de pobreza e na questão da mensuração da qualidade ambiental utilizam-se as emissões de dióxido de carbono, reflorestamento e poluição da água.

1.2 Desenvolvimento e redução da pobreza

No mundo aumenta-se a pressão por fazer melhor diante da circulação crescente de informações na qual as populações comparam sua situação com as sociedades desenvolvidas e verificam a diferença de consumo e renda. A evolução do pensamento do desenvolvimento econômico não levou ao desenvolvimento mais rápido tanto pelo hiato de teoria e prática quanto ao não cumprimento dos objetivos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. O Desenvolvimento e Redução da Pobreza é uma visão do Banco Mundial (2004) que busca enfrentar os desequilíbrios que provocam insatisfação nas populações colocando em ação o conhecimento que se tem disponível no aumento de oportunidade e redução da pobreza.

Essa nova visão busca descolar-se das antigas teorias de desenvolvimento, simplistas ou incompletas, atingindo na década de 90 mudanças importantes na teoria do desenvolvimento ao englobar crescimento econômico, distribuição e redução da pobreza. Essa evolução da teoria de desenvolvimento vem desde a década de 1950 com o desenvolvimento como sinônimo de crescimento agregado. A partir de 1965 começou a aumentar a atenção por fatores socioeconômicos pela influência de Singer, Seers e outros e com estudos empíricos de Kuznets, Chenery para integrar a distribuição e o crescimento. Na década de 1980, há um impulso no pensamento do desenvolvimento na esteira dos programas de ajuste que permitiram chegar na década de 1990 com uma visão ampliada e integrada de desenvolvimento.

Dentro dessa nova concepção, a década de 1990 inclui na visão de desenvolvimento um foco e uma grande importância na pobreza, que tem seu horizonte ampliado. “A compreensão da pobreza foi ampliada, passando de um enfoque limitado na renda e no consumo para uma noção multidimensional de educação, saúde, participação social e política, segurança pessoal e liberdade, qualidade ambiental e assim por diante” (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 3). O desenvolvimento com redução da pobreza sofreu várias mudanças ao longo do tempo, com o início da transformação de seu conceito a partir de meados de 1960 com a retirada do enorme peso posto no produto nacional bruto (PNB) como meta última, para a colocação da pobreza como o real objetivo a ser alcançado. A importância dada para a pobreza em 1990 tem como novo elemento “o fato de estar plenamente articulada com o crescimento e não ser mais considerado como antagônica” (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 4). É dentro desse novo enfoque que a comunidade de desenvolvimento altera o significado de pobreza ao retirar a noção simplista de níveis baixos de renda e consumo.

A pobreza é agora vista como a incapacidade de alcançar padrões e saber se são ou não alcançados. As pessoas de baixa renda vivem sem as liberdades fundamentais para levar o tipo de vida que valorizam. Com frequência carecem de alimentos, abrigo, educação e cuidados da saúde adequados. São extremamente vulneráveis a doença, violência, deslocamento econômico e desastres naturais: Recebem atendimento precário de instituições tanto do estado como da sociedade. E frequentemente se sentem impotentes para influenciar decisões-chave que afetam sua vida. (...) Por conseguinte, a pobreza absoluta é atualmente reconhecida como a incapacidade de alcançar os padrões básicos em nutrição, saúde, educação, meio ambiente e participação nas decisões que afetam a vida das pessoas de baixa renda. (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 4)

É, portanto, uma nova perspectiva que coloca como meta de desenvolvimento a redução de pobres com o conceito de pobreza tendo um foco ampliado caracterizado pela necessidade de se atingir níveis adequados nas diversas variáveis que a compõe.

2 Análise microrregional da qualidade do crescimento

O Estado de Santa Catarina geograficamente é dividido em seis mesorregiões e vinte microrregiões. O objetivo deste capítulo é demonstrar e analisar as microrregiões de Curitibanos, Ituporanga, Tabuleiro e Xanxerê quanto aos seus indicadores sócio-econômicos para que se possa avaliar a qualidade do crescimento. Os indicadores que serão analisados são o PIB *per capita*, a taxa de desemprego, a desigualdade de renda, pobreza, educação, saúde, moradia e ainda uma análise da evolução da população residente.

2.1 Evolução população residente

Segundo o Desenvolvimento com redução da pobreza tem-se que a rápida urbanização é um processo observado em todos os países em desenvolvimento e que ainda será aspecto a ser observado no próximo quarto de século:

A urbanização pode trazer muitas vantagens. As empresas podem beneficiar-se da aglomeração de estarem próximas a outras empresas, o que lhes oferece maior acesso à tecnologia e conjuntos de empregados treinados. As áreas urbanas são geralmente centros de inovação, com novas idéias geradas pela diversidade. Densidades populacionais mais elevadas muitas vezes permitem maior eficiência na prestação de serviços públicos. Entretanto, a urbanização pode gerar altos custos devidos a problema sociais e efeitos indiretos sobre o meio ambiente. (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 34)

Dessa forma a urbanização pode trazer vantagens e desvantagens, dependendo de como se lida com tal variável. Proporcionar bens públicos e infra-estrutura urbana pode dinamizar a economia do município e evitar problemas sociais e ambientais que decorrem de urbanização desordenada.

A Tabela 1 mostra a distribuição de habitantes nas áreas urbana e rural. Curitibanos e Xanxerê saíram de uma concentração de pessoas da área rural na década de 70 para a área urbana na década de 90 entrando no ano 2000 aprofundando tal situação. A microrregião de Curitibanos possui em 2000, 75,32% da população concentrada na área urbana e 24,68% na área rural, configuração que é a mais parecida com a de Santa Catarina. Por outro lado Ituporanga e Tabuleiro permanecem com sua população concentrada na área rural mesmo com uma queda contínua de sua população rural e aumento da população urbana. A microrregião de Tabuleiro possui quase 70% de sua população na área rural e apenas 30,37% enquanto que Ituporanga também detêm a maioria da população na área rural, ainda que em menor grau, sendo 55,13% da população vivendo na zona rural.

Tabela 1. Distribuição População Residente Rural-Urbana (%).

	1970		1980		1991		2000	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Curitibanos	36,20	63,80	52,40	47,60	64,34	35,66	75,32	24,68
Ituporanga	15,53	84,47	21,81	78,19	36,58	63,42	44,87	55,13
Tabuleiro	13,22	86,78	19,25	80,75	24,63	75,37	30,37	69,63
Xanxerê	21,32	78,68	35,71	64,29	50,48	49,52	60,34	39,66
Santa Catarina	57,02	42,98	59,37	40,63	70,64	29,36	78,75	21,25

Fonte dos Dados Primários: IPEA.

A Tabela 2 apresenta a taxa de crescimento populacional urbano e rural. A microrregião de Xanxerê teve um crescimento acelerado de sua população urbana que foi de 7,16% de aumento nos anos de 1970 a 1980, acima da média catarinense. Desde então, os incrementos urbanos vem desacelerando. Curitibanos, por sua vez, teve as maiores quedas na população rural junto com aumentos da população urbana. A queda de população rural manteve-se durante toda a série acima de 2%. A microrregião de Ituporanga obteve um forte crescimento da população urbana de 5,87% no período 1980-1991 enquanto que Tabuleiro segue a mesma tendência de crescimento da população urbana e queda da rural, porém com uma lentidão muito maior que a observada nas outras microrregiões.

Tabela 2. Taxa de crescimento¹ da População Residente Rural-Urbana 1970-2000(em %).

	1970-1980		1980-1991		1991-2000	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Curitibanos	4,47	-2,23	2,27	-2,22	2,83	-3,00
Ituporanga	4,07	-0,18	5,87	-0,90	2,28	-1,56
Tabuleiro	3,80	-0,74	1,86	-1,02	2,18	-1,05
Xanxerê	7,16	-0,26	4,15	-1,45	3,01	-1,47
Santa Catarina	5,62	-1,15	3,69	-0,91	3,09	-1,74

Fonte dos Dados Primários: IPEA. Elaboração do Autor.

A análise da evolução populacional demonstra que as microrregiões de Xanxerê e Curitibanos tiveram crescimentos populacionais com concentração na zona urbana. Isto significa que é preciso analisar os indicadores de desenvolvimento sócio-econômico para verificar se tais microrregiões foram capazes de absorver essa nova configuração populacional e o aumento de habitantes como as condições de moradia, saúde, emprego e educação. Nas próximas seções serão analisados tais indicadores. As microrregiões de Ituporanga e Tabuleiro tiveram queda na sua população com estimativas de decréscimo. Sua configuração populacional permanece rural com um crescimento populacional urbana ainda não suficiente para mudar tal cenário.

¹ Calculada por taxa de crescimento Geométrica

2.2 Evolução PIB *per capita*

A evolução do PIB *per capita* é o foco desta seção. Esta variável verifica o aumento de renda da população apesar de não considerar a distribuição de renda. Na Tabela 3 observa-se que as microrregiões têm seu PIB *per capita* abaixo do estado que foi de R\$ 12.159 em 2004. Para esse mesmo ano a microrregião de Xanxerê possui melhor PIB *per capita* do estudo com R\$ 11.188, Curitibanos tem R\$ 9.908, Ituporanga R\$ 8.251 e Tabuleiro o menor com R\$ 7.690.

Tabela 3. PIB *per capita* microrregiões e Santa Catarina 1998-2004 (R\$).

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Curitibanos	7.596	7.785	8.901	9.958	10.900	11.446	9.908
Ituporanga	6.502	7.098	7.956	7.657	7.989	8.951	8.251
Tabuleiro	6.934	6.645	7.073	6.920	7.105	8.210	7.690
Xanxerê	8.636	8.813	10.302	10.556	11.270	12.147	11.188
Santa Catarina	10.496	10.761	11.635	11.663	11.534	11.845	12.159

Fonte: PIB deflacionado pelo autor através do PIB a preço de mercado (R\$) fornecido pela Secretaria de Estado do Planejamento (SC). Deflator Implícito do PIB – índice encadeado (acumulado 2004=100) *IBGE / SCN anual – SCN.

A variação do PIB *per capita* na Tabela 4 demonstra que as oscilações acabaram impedindo que as microrregiões iguallassem ou ultrapassassem o PIB *per capita* de Santa Catarina principalmente no ano de 2004 quando houve uma queda na renda das microrregiões de Curitibanos, Ituporanga, Tabuleiro e Xanxerê.

Tabela 4. Variação percentual do PIB *per capita* Microrregiões e Santa Catarina 1998-2004².

	1998-1999	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004
Curitibanos	2,49	14,32	11,88	9,45	5,02	(13,44)
Ituporanga	9,16	12,09	(3,77)	4,34	12,05	(7,83)
Tabuleiro	(4,2)	6,4	(2,2)	2,7	15,6	(6,3)
Xanxerê	2,05	16,90	2,47	6,76	7,78	(7,89)
Santa Catarina	2,53	8,12	0,24	(1,11)	2,70	2,65

Fonte dos Dados Primários: Secretaria de Estado do Planejamento (SC). Elaborado pelos Autores.

2.3 Taxa de Desemprego³

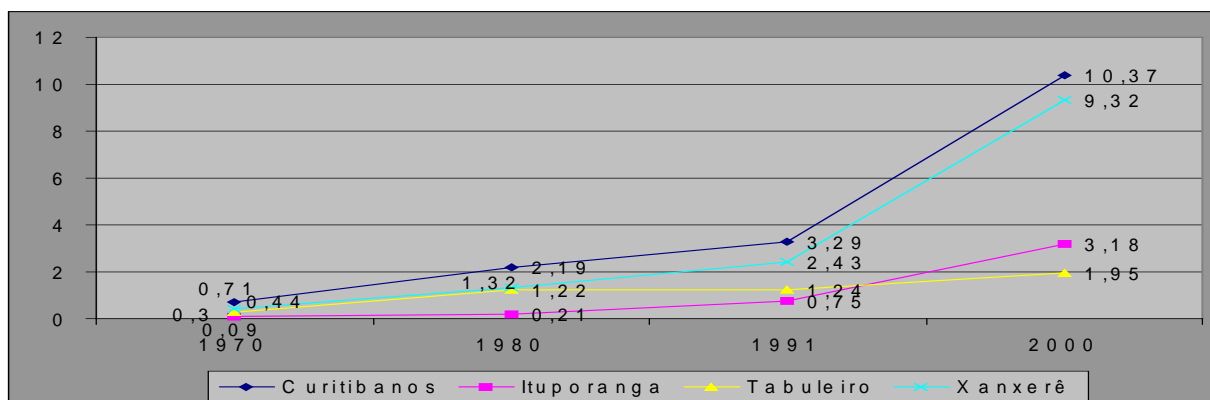
Nesta seção será analisada a evolução do desemprego total, urbano e rural das microrregiões. No gráfico 1 tem-se a taxa de desemprego das microrregiões e de Santa Catarina na qual se verifica que o desemprego sobe ligeiramente da década de 1970 para 1980 para acelerar e subir bastante de 1991 até 2000. Curitibanos tem a maior taxa de desemprego das microrregiões e também maior que a de Santa Catarina sendo de

² Cálculo: $(X_t - X_{t-1}) / X_{t-1}$

³ Taxa de Desemprego = $PEA - População\ Ocupada / PEA$, sendo que PEA é a população economicamente ativa.

10,37% em 2000. A microrregião de Ituporanga tinha as taxas mais baixas de desemprego dentre as microrregiões até 1991 quando ela subiu de 0,75 para 3,18 em 2000, mesmo assim bem abaixo da média catarinense. O mesmo para a microrregião de Tabuleiro com o desemprego ainda em patamares baixos e aumentando bastante devagar ao longo da série, sendo de 1,95% o desemprego em 2000, também abaixo dos 10,28% de desemprego de Santa Catarina. Por fim a microrregião de Xanxerê teve aumentos gradativos do desemprego até 1991 quando esta subiu bastante para 9,32% em 2000.

Gráfico 1. Taxa de Desemprego das Microrregiões (%).



Fonte: IPEADATA, Cálculos do Autor.

A década de 90 não foi um bom período em termos de emprego para as microrregiões e para Santa Catarina na qual as taxas de desemprego cresceram muito comparadas as décadas anteriores. A microrregião de Curitibaanos demonstra ter uma taxa muito alta e maior que a média do Estado assim como Xanxerê, que também sentiu os efeitos da década de 90, ainda obtendo uma taxa de desemprego menor. Enquanto que por outro lado as microrregiões de Ituporanga e Tabuleiro tiveram uma variação menor do desemprego chegando com taxas baixas em 2000.

Agora segue o desdobramento em taxa de desemprego rural e urbano conforme a tabela 5. A taxa de desemprego urbana para todas as microrregiões assim como para Santa Catarina são muito mais superiores que as taxas de desemprego rural. Nas microrregiões de Ituporanga e Tabuleiro o desemprego rural no ano 2000 não atinge nem 1%, enquanto que seu desemprego urbano é respectivamente 6,74% e 5,35%. Para a microrregião de Curitibaanos a taxa de desemprego urbana foi de 12,01% em 2000 e a rural de 4,19%. O aumento do desemprego foi bem maior na área urbana como se percebe. O mesmo acontece com a microrregião de Xanxerê que teve em 2000 taxa de desemprego urbana de 12,37% a maior taxa para as microrregiões estudadas e também maior que a média catarinense que foi de 12,10%. Da mesma forma em 2000 a taxa de desemprego rural desta microrregião foi maior que a de Santa Catarina (3,94%) e das microrregiões apresentadas, atingindo 4,45%.

Tabela 5. Taxa de Desemprego Urbana e Rural das Microrregiões 1970-2000 (%).

	Taxa de Desemprego Urbana				Taxa de Desemprego Rural			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Curitibanos	1,65	2,51	4,02	12,01	0,24	1,80	1,87	4,19
Ituporanga	0,42	0,71	1,00	6,74	0,04	0,08	0,63	0,87
Tabuleiro	1,39	1,67	3,09	5,34	0,13	1,12	0,72	0,80
Xanxerê	1,04	0,53	3,17	12,37	0,28	1,80	1,71	4,45
Santa Catarina	2,93	2,18	4,78	12,10	0,82	1,40	2,30	3,94

Fonte: IPEADATA, Cálculos do Autor.

Foi observado durante a análise da população residente urbana e rural que houve uma transição grande de habitantes rumo a zona urbana o que por consequência significa que a PEA (população economicamente ativa) aumentou na zona urbana. Isso demonstra que na área urbana um grande contingente de pessoas passa a necessitar de trabalho o que implica que a economia teria que crescer na zona urbana o suficiente para acomodar essa força de trabalho. Como ficou claro, na Tabela 5, a taxa de desemprego urbana veio aumentando constantemente até alongar-se na década de 90 demonstrando que não houve um nível de atividade econômica capaz de empregar a nova massa de trabalhadores.

2.4 Pobreza

Nesta seção são analisados os índices de pobreza do percentual de indigentes e o de pobres. Indigente é o “Percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$37,75, equivalentes a 1/4 do salário mínimo vigente em agosto de 2000.” (PNUD). Por sua vez pobre é o “percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$75,50, equivalentes a 1/2 do salário mínimo vigente em agosto de 2000.” (PNUD).

Na Tabela 6 apresenta-se a evolução dos índices de indigência e pobres e a variação nos anos estudados. Todas as microrregiões apresentaram melhoras diminuindo o número de pobres e indigentes. Em Curitibanos o percentual de indigentes caiu 4,09% e o de pobres caiu 13,59%. Na microrregião de Ituporanga as melhorias nos indicadores foram de 5,89% para a indigência chegando a 6,03% da população em 2000 enquanto a pobreza melhorou em 15,52%. Tabuleiro teve os melhores resultados das microrregiões analisadas. O índice de indigência teve queda de 8,57% e o índice de pobreza 19,8%. Agora esta microrregião tem 5,86% de sua população na indigência e 20,43% na pobreza. Por fim, a microrregião de Xanxerê que tinha em 1991 os índices mais altos de indigência e pobreza dentre as microrregiões analisadas, diminuiu estes índices em 7,09% e 16,56% respectivamente.

Tabela 6. Indicadores de Pobreza (Percentual de Pessoas Pobres e Indigentes) Microrregiões 1991-2000.

	Curitibanos			Ituporanga			Tabuleiro			Xanxerê		
	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
Índice de Indigência	17,11	13,09	(4,09)	11,92	6,03	(5,89)	14,43	5,86	(8,57)	20,88	13,79	(7,09)
Índice de Pobreza	45,73	32,14	(13,59)	34,17	18,65	(15,52)	40,23	20,43	(19,8)	46,79	30,23	(16,56)

Fonte: IPEA.

Como observado anteriormente na apresentação das visões do crescimento, estes indicadores não podem estar dissociados de outros índices qualitativos. Entretanto os indicadores apresentados de pobreza denotaram uma situação de evolução na renda das classes mais pobres em todas as microrregiões apesar do aumento do desemprego constatado na seção anterior.

2.5 Desigualdade de renda

Utiliza-se como medida de desigualdade o índice de Gini, que mede a desigualdade de renda sendo que quanto mais perto de 1 maior a desigualdade e o valor 0 representando menor desigualdade. Nesta seção analisa-se a distribuição de renda através desse indicador para as microrregiões durante 1991 até 2000.

A Tabela 7 demonstra que houve piora da distribuição de renda em todas as microrregiões listadas menos Ituporanga. Esta microrregião reduziu em 6,98% sua concentração de renda caindo de 0,511 para 0,476 sendo também a que possui menor índice de Gini. A microrregião de Curitibanos teve aumento de 3,89% no índice de Gini aumentando sua concentração de renda. Tabuleiro teve um pequeno aumento na concentração de 0,40%. A microrregião de Xanxerê tem a maior concentração de renda assim como apresentou o maior aumento no índice de Gini das microrregiões estudadas. O aumento foi de 6,22% saindo de 0,558 em 1991 para 0,593 em 2000.

Tabela 7. Indicador de Desigualdade Microrregiões 1991-2000.

	Curitibanos			Ituporanga			Tabuleiro			Xanxerê		
	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
Índice Gini	0,513	0,533	3,89	0,511	0,476	(6,98)	0,492	0,494	0,40	0,558	0,593	6,22

Fonte: PNUD. Elaboração do Autor.

Apenas uma microrregião conseguiu diminuir sua concentração de renda o que é um fator positivo para a qualidade do crescimento. Como citado anteriormente na visão do “desenvolvimento com redução da pobreza” o bem estar da população aumenta na medida em que a renda é distribuída mais equitativamente. As novas pesquisas mostram que a redução da pobreza é prejudicada devido à desigualdade. Ainda conforme esta visão, é importante reduzir desigualdades e equiparar oportunidades como educação, saúde e emprego, pois aumenta a produtividade dos habitantes e sua qualidade de vida.

O progresso destas variáveis pode contribuir para no futuro aperfeiçoarem a distribuição de renda. Na seção anterior foi analisada a diminuição da pobreza das microrregiões estudadas, um bom indicativo de melhorias da população, porém o aumento da concentração de renda pode prejudicar futuramente o acesso dos habitantes ao crescimento e retardar a queda da pobreza. Interessante notar que a microrregião de Ituporanga além de ser a única dentre as estudadas que teve melhora na distribuição de renda obteve boas quedas nos índices de pobreza. É possível, portanto superar o binômio igualdade e crescimento.

2.6 Educação

A educação como foi visto anteriormente na abordagem da qualidade do crescimento de Thomas (2000), pode ser incluída nas ações chaves de desenvolvimento com a função de aumento de oportunidades e constitui um elemento fundamental para a qualidade do crescimento e redução da pobreza. Como explicado anteriormente o capital humano é o principal bem dos pobres, o que faz a educação estar diretamente ligada a melhoria da distribuição de oportunidades. Os investimentos no povo devem ser eqüitativos para que as habilidades das pessoas sejam desenvolvidas e melhor distribuídas pela população. O resultado deste raciocínio é o maior impacto que o crescimento tem sobre o combate a pobreza e o que faz o investimento em educação uma variável qualitativa fundamental. Thomas (2000, p. 52) sintetiza como a educação tem um efeito cascata sobre vários fatores no bem estar do povo como saúde, meio ambiente, participação política e oportunidades principalmente nos mais pobres:

Investir nas pessoas pode contribuir para proteger trabalhadores e melhorar a segurança – um importante aspecto da qualidade de vida. Educação e boa saúde aumentam as habilidades dos pobres para lutar contra as mudanças em seu meio ambiente, permitem-lhes mudar de trabalho e fornecer alguma proteção contra as crises financeiras e reviravoltas econômicas (...). Investir nas pessoas pode ajudar também a proteger o meio ambiente. Mulheres mais bem educadas melhoraram de saúde e, em muitos casos, tiveram menos filhos, reduzindo a pressão demográfica sobre os recursos naturais e o meio ambiente; com mais educação, as pessoas podem assimilar mais informações e empregar investimentos para proteger o meio ambiente (...); Investir nas pessoas contribui para melhorar os direitos humanos e a justiça social, o que oferece satisfação direta. A educação básica capacita os pobres para aprender sobre seus direitos civis e políticos, a exercer aqueles direitos pelo voto e a corrida aos cargos públicos, e para ouvir seus interesses, procurar encaminhamentos legais e exercitar visão pública. Isso concorre para a construção de instituições, melhorando o governo e combatendo a corrupção

Observa-se na Tabela 8 que houve progresso em todos os indicadores educacionais para todas as microrregiões. O analfabetismo de pessoas de 7 a 14 anos no ano 2000 foi semelhante às microrregiões com Xanxerê obtendo a melhor variação diminuindo o analfabetismo desta faixa de idade em 8,4%. No caso do analfabetismo de pessoas de 15 anos e mais, os níveis são maiores e as melhores menores. A microrregião de Curitiba baixou seu analfabetismo nesta faixa de idade para 11,2% em 2000 obtendo a melhor diminuição neste indicador.

A evasão escolar caiu bastante em relação a 1991 com as microrregiões obtendo grandes melhoras na manutenção das pessoas de 7 a 14 anos na escola. Ituporanga

tinha a mais alta taxa de evasão escolar em 1991 dentre as microrregiões listadas com 26,09%, e chegou a 2000 com a menor, cerca de 3%. As outras microrregiões também obtiveram bons avanços neste indicador. A defasagem escolar também apresentou aperfeiçoamentos substanciais, com a microrregião de Ituporanga novamente tendo os melhores resultados ao diminuir em 17,1% a defasagem escolar. Xanxerê diminuiu em 15,8%, Tabuleiro 12,6% e Curitibanos 11,7%.

Tabela 8. Indicadores de Educacionais Microrregiões 1991-2000.

	Curitibanos			Ituporanga			Tabuleiro			Xanxerê		
	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
Analfabetismo (% pessoas de 7 a 14 anos)	10,8	4,7	(6,1)	8,3	3,5	(4,8)	11,6	5,6	(6)	12,4	4,1	(8,3)
Analfabetismo (% pessoas de 15 anos)	16,3	11,2	(5,1)	11,1	7,7	(3,4)	15,3	11,3	4	16,2	11,5	(4,7)
Evasão Escolar (% pessoas 7 a 14 anos)	21,11	6,26	(14,85)	26,09	3,13	(22,96)	25,64	8,14	(17,5)	21,64	3,99	(17,65)
Defasagem escolar (% pessoas 7 a 14 anos)	31,2	19,5	(11,7)	27,1	10,0	(17,1)	28,9	16,3	(12,6)	29,1	13,3	(15,8)

Fonte: IPEA. Elaboração do Autor.

Os indicadores educacionais selecionados apresentaram evolução substancial com a microrregião de Ituporanga atingindo baixos níveis de analfabetismo, evasão e defasagem escolar. Mesmo Tabuleiro que apresenta as maiores taxas de analfabetismo e evasão escolar diminuiu consistentemente no período tais índices.

2.7 Saúde

A saúde obteve progresso para todas as microrregiões nos índices selecionados conforme Tabela 9. A esperança de vida na microrregião de Curitibanos aumentou de 68 para 72,1 de 1991 a 2000 ainda sim menor que a média de Santa Catarina que melhorou seu índice de 70 para 73,4 anos. O mesmo para a microrregião de Xanxerê que em 1991 teve sua esperança de vida saindo de 69,5 anos para 72,6 anos em 2000 ainda sim abaixo da média catarinense. As microrregiões de Ituporanga e Tabuleiro apresentaram as melhores esperanças de vida. Em 2000 tinha o índice esperança de vida em 74 e 74,7 anos respectivamente, acima da média do estado.

Tabela 9. Indicadores de Saúde Microrregiões e Santa Catarina 1991-2000.

	Curitibanos		Ituporanga		Tabuleiro		Xanxerê		Santa Catarina	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Esperança de vida ao nascer	68	72,1	71	74	72,1	74,7	69,5	72,6	70	73,4
Mortalidade infantil (até um ano)	31,2	20,6	22,7	16	19,5	14,3	26,5	19,5	25,6	17,5
Mortalidade infantil (até cinco anos)	31,6	20,6	23	16	19,7	14,3	26,8	19,5	25,9	17,6

Fonte: PNUD.

A mortalidade infantil de um e cinco anos são bastante similares sendo novamente as microrregiões de Ituporanga e Tabuleiro obtendo os melhores resultados. No ano 2000 Ituporanga tinha mortalidade infantil de um e cinco anos em 16 e Tabuleiro os melhores valores com 14,3. A microrregião de Curitibanos por sua vez apesar de se manter com mortalidade infantil acima da média estadual obteve as melhores diminuições de mortalidade de um e cinco anos atingindo 20,6 em 2000. Finalmente a microrregião de Xanxerê apresentou no ano 2000 mortalidades infantis de até um ano e até cinco anos de 19,5.

2.8 Condições de moradia

A qualidade das condições da moradia tem impacto importante na qualidade de vida da população, pois influenciam diretamente sua saúde e bem estar, contribuem para melhores níveis educacionais e do meio ambiente e dão maior segurança às pessoas. A água encanada, por exemplo, tem importante valor ambiental “pois a água pura é o detergente universal, servindo tanto para as funções de limpeza externa como interna, além de seu papel vital ao organismo dos seres vivos” (Montibeller, 1999, p. 14). Nesta seção para mensurar a qualidade de moradia da população serão analisados os indicadores da percentagem de domicílios com serviço de coleta de lixo, com água encanada, com água encanada e banheiro e domicílios com energia elétrica.

Há melhorias expressivas nas condições de moradia nas microrregiões sendo que em muitos indicadores quase o total da população é coberta de acordo com a tabela 10. Os serviços de coleta de lixo apresentaram as maiores variações positivas nas microrregiões que estenderam acima de 90% da população tal serviço de 1991 a 2000. A microrregião de Tabuleiro quase dobrou a abrangência com 48,4% de aumento, chegando a 95,11% da população em 2000. Quanto aos domicílios com água encanada, as microrregiões de Ituporanga e Tabuleiro estão perto de atingir a população total, sendo que Curitibanos e Xanxerê tiveram aumentos de 14,05% e 12,03% neste indicador.

Os domicílios que possuem água encanada e banheiro ainda precisam de melhorias na microrregião de Curitibanos. Apesar do aumento de 21,95%, no ano de 2000 cerca de 78,65% da população possuía água e banheiro o que faz que tal índice precisa ainda de melhorias substanciais. O mesmo acontece com Xanxerê que em 2000 tem 82,17% com estes elementos. As microrregiões de Ituporanga e Tabuleiro possuem este

índice em melhor situação com 92,67% e 88,50% da população possuindo água encanada e banheiros. Finalmente os domicílios com energia elétrica são uma realidade para quase toda a população das microrregiões de Curitibanos, Ituporanga e Tabuleiro. Xanxerê ainda precisa melhorar, pois tem 91,66% neste índice em 2000, cabendo um aperfeiçoamento para garantir a totalidade dos domicílios.

Tabela 10 – Condições de Moradia Microrregiões 1991-2000

	Curitibanos			Ituporanga			Tabuleiro			Xanxerê		
	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
Domicílios c/ serviço de coleta de lixo	62,65	91,53	28,88	61,94	93,4	31,46	49,71	95,11	48,4	62,48	92,78	30,3
Domicílios com água encanada	77,93	91,98	14,05	89,21	98,63	9,42	91,69	97,56	5,6	77,37	89,4	12,03
Domicílios com água encanada/ banheiro	56,70	78,65	21,95	70,17	92,67	22,5	70,32	88,50	18,18	66,96	82,17	15,21
Domicílios c/ energia Elétrica	85,40	96,55	11,15	97,35	99,45	2,1	95,12	99,41	4,28	84,46	91,66	7,2

Fonte: PNUD. Elaboração do Autor.

Tais números revelaram que as moradias da população passaram por aumentos substanciais que são importantes, pois ao estender para quase a totalidade de domicílios tais índices, a qualidade do desenvolvimento melhora, pois há influência positiva na saúde e condições de vida da população.

3 Análise final da qualidade do crescimento e comparação microrregional

As microrregiões analisadas demonstraram ter diferenças quanto à qualidade do crescimento e na situação de desenvolvimento que se encontram. Avaliando os indicadores econômicos, todas as microrregiões apresentaram do PIB *per capita*, mas ao mesmo tempo todas apresentaram piora na desigualdade de renda o que compromete a qualidade do crescimento ao diminuir o impacto positivo do aumento do PIB para a população principalmente as de menor poder aquisitivo. Apenas a microrregião de Ituporanga teve uma queda da desigualdade de renda enquanto Tabuleiro teve um pequeno aumento (0,4%). Quanto aos índices de pobreza e indigência estes também diminuíram para todas as microrregiões.

A análise populacional e do desemprego apresentam características importantes a serem observadas e são de suma importância caso se faça políticas de desenvolvimento para melhorar o desenvolvimento das microrregiões. Primeiramente, as microrregiões de Xanxerê e Curitibanos ambas, possuindo uma crescente estrutura populacional urbana devido ao êxodo rural acompanhado de alto desemprego. Na década de 1990 estas duas

microrregiões apresentaram a predominância definitiva da zona urbana, com aumento da população economicamente ativa. Isso significou um desemprego alto, principalmente urbano pois a atividade econômica dessas duas microrregiões são essencialmente agropecuárias. Não houve, nesta evolução populacional urbana, uma mudança econômica suficiente para empregar os novos contingentes populacionais a disposição do mercado de trabalho. Muito importante assinalar que tal contexto de aceleração do desemprego foi na década de 1990 que teve muitos ajustes econômicos que impactaram no desemprego por todo o Brasil inclusive Santa Catarina. Por outro lado, as microrregiões de Ituporanga e Tabuleiro registram estagnação populacional, e tem ainda majoritariamente sua população na zona rural com forte concentração econômica nas atividades agropecuária. Também, a transição para uma configuração populacional urbana é mais lenta. Isso permite que se observe desemprego menor que a média catarinense e brasileira sendo que desemprego rural não atinge 1%. Há assim um equilíbrio muito maior em Ituporanga e Tabuleiro no processo migratório campo cidade e, conseqüentemente na não aceleração do desemprego, impactando positivamente na qualidade do crescimento. A esta estagnação populacional constatada deve ser dada atenção analítica mais detalhada. A perda de capital humano com a migração, e o envelhecimento populacional não podem desconsiderados pelo poder público.

A educação, moradia e saúde que são aspectos sociais importantes da análise do crescimento apresentaram melhoras para todas as microrregiões. Houve mudanças importantes nas condições de moradias principalmente quanto a coleta de lixo e água encanada, enquanto na educação a defasagem e evasão escolar foram reduzidas de forma consistente e quanto a saúde a mortalidade infantil teve quedas expressivas em todas as microrregiões. O IDH-M das microrregiões tiveram aumentos principalmente explicados pelo sub-índice educação, que tem alto nível de desenvolvimento.

Na comparação entre as microrregiões destaca-se a microrregião de Ituporanga como a com os melhores indicadores sociais e com o melhor equilíbrio na qualidade do crescimento. Sua qualidade do crescimento foi consistente ao melhorar os indicadores em que exatamente mais precisavam de aperfeiçoamentos, além do equilíbrio observado no seu crescimento. Obteve um crescimento *per capita* e do PIB próximo a de microrregiões maiores e com maior população como Xanxerê e Curitibanos, porém ao contrário destas, sua desigualdade de renda diminuiu em 6,98%, além de seu índice de Gini ser o menor. Isso refletiu em boas taxas de diminuição da pobreza e indigência, sendo seu índice de pobreza e indigência os menores juntamente com Tabuleiro. O desemprego é de 3,18%, muito abaixo da média catarinense e das microrregiões de Xanxerê e Curitibanos e os indicadores educacionais estão todos abaixo de 10% para analfabetismo, defasagem e evasão escolar, sendo que estes últimos, um problema em 1991, foi fortemente reduzido tornando-se o melhor na comparação. A mortalidade infantil diminuiu 29,52% e ganhou-se mais 3 anos de vida configurando a segunda melhor microrregião nos 2 indicadores de saúde bastante próximos da microrregião de Tabuleiro, a melhor. Finalmente, as condições de moradia estão acima de 90%, com energia elétrica e água encanada atingindo praticamente a totalidade da população com avanços fortes em coleta de lixo que realmente era necessário. Dessa forma, afirma-se que Ituporanga teve a melhor qualidade do crescimento na comparação, pois teve um equilíbrio na melhora de seus indicadores e no seu crescimento atingindo assim um desenvolvimento sócio-econômico qualitativo. Não só obteve crescimento do PIB consistente e da renda *per capita*, como diminuiu a desigualdade de renda, atingiu os melhores resultados de índices

educacionais, melhorias de moradia que atingem quase toda a população, índices de saúde bons e um desemprego que não se acelerou e é baixo na zona rural onde se concentra a maioria da população economicamente ativa. O IDH-M se aproxima do valor 0,800 de alto desenvolvimento, sendo o maior das microrregiões estudadas. Assim a microrregião de Ituporanga demonstra que é possível um crescimento com redução da pobreza, desigualdade, e melhorias sociais. A velha tensão entre crescimento e igualdade, na qual ou se expropriava bens para igualar no curto prazo riqueza ou primeiro se crescia para depois redistribuir não ocorreu em Ituporanga.

Ao contrário da microrregião de Ituporanga, Xanxerê e Curitibanos tiveram resultados mais díspares e menos equilibrados na análise da qualidade do crescimento. Os principais problemas que se pode apontar são o fato que obtiveram alto crescimento do PIB e PIB *per capita*, mas acompanhados de uma forte aceleração do desemprego (principalmente urbano), aumento da desigualdade de renda e uma mudança da configuração populacional que se tornou urbana sem transformação do peso econômico das atividades econômicas, ainda fortemente agropecuária. No caso de Curitibanos fica patente como o crescimento impactou menos na população mesmo sendo o que obteve maior aumento de PIB e PIB *per capita* ao se observar que teve o pior resultado nas diminuições da indigência e pobreza, permanecendo assim com a pior situação nestes indicadores. Pode-se apontar a desigualdade como uma causa desta situação, pois “uma determinada taxa de crescimento produz menos redução da pobreza em termos relativos e num ambiente mais desigual. Num sentido dinâmico, uma piora na distribuição da renda pode até compensar os efeitos favoráveis do crescimento sobre a pobreza” (Banco Mundial). Quanto aos indicadores sociais, houve melhorias importantes, porém não o suficiente para atingirem o mesmo patamar que a microrregião de Ituporanga além de alguns índices permanecerem preocupantes. No caso da educação da microrregião de Xanxerê as melhorias ocorreram a colocando em boa posição na comparação exceto a defasagem escolar que é a pior e merece atenção. Quanto à saúde, a microrregião de Curitibanos conseguiu mais 4,1 anos de esperança de vida além do melhor resultado na diminuição da mortalidade infantil com 33,97% de diminuição e mesmo assim tendo os piores indicadores dentre todas as microrregiões estudadas. Dessa forma estas duas microrregiões conseguiram avanços sociais, mas diversas variáveis prejudicaram a qualidade do crescimento. Uma maior desigualdade de renda prejudicou maiores diminuições na redução da pobreza mesmo quando o crescimento do PIB ocorreu, o desemprego é muito alto e a situação dos índices sociais ainda permanecem com ampla necessidade de melhorias. A qualidade do crescimento foi claramente prejudicada e incompleta nestas duas microrregiões.

Finalmente a microrregião de Tabuleiro é a que poderia obter um desenvolvimento sócio-econômico, não fosse o pequeno aumento da desigualdade de renda. Esta microrregião se aproxima em muitos aspectos de Ituporanga, tem o menor desemprego urbano e rural que quase não se alterou, melhor situação dos índices de saúde que já eram bons e ainda foram aperfeiçoados, condições de moradia praticamente acima de 90%, as maiores diminuições em indigência e pobreza dando assim a microrregião os menores índices destes dois elementos. Em termos sociais o que ficou para trás foi a educação que não obteve bons resultados. Dessa forma, a microrregião teve uma qualidade do crescimento satisfatória, ressaltando-se a necessidade de frear a desigualdade que cresceu muito pouco e também a estagnação populacional que sofre desde 1970 que é preocupante.

4 Considerações Finais

O propósito do presente estudo foi analisar a qualidade do desenvolvimento sócio-econômico em microrregiões selecionadas do Estado de Santa Catarina (Curitibanos, Ituporanga, Tabuleiro e Xanxerê), e para isso apresentou as visões que são a base teórica deste trabalho, sendo elas “a qualidade do crescimento” de Thomas (2000) e o “desenvolvimento com redução da pobreza” do Banco Mundial. A partir destas visões de crescimento, de modo a avaliar o desenvolvimento econômico das microrregiões, foram utilizados os dados e indicadores sociais e econômicos propostos nos textos teóricos permitindo uma avaliação da qualidade do crescimento.

Segundo as visões da qualidade do crescimento e desenvolvimento com redução da pobreza apresentadas no trabalho, há uma ampliação da noção de desenvolvimento econômico. Não basta o puro crescimento da renda *per capita* e do PIB como fator primordial de avaliação do crescimento. É necessário abranger mais variáveis para realmente se aferir como está se dando o crescimento, se ele é qualitativo ou não. Assim entra na avaliação do desenvolvimento elementos sociais como educação, moradia, saúde, desemprego, assim como a distribuição de renda e variáveis ambientais. O crescimento econômico é assim qualitativo se é acompanhado da melhoria dos indicadores citados.

Uma limitação deste estudo refere-se ao capital natural, ou seja, o meio ambiente. É o novo foco das visões de crescimento apresentadas aqui, uma variável que ganhou importância nos últimos anos. Porém exatamente devido a este fato a criação de dados, índices é ainda inexistente principalmente a nível microrregional, assim sugere-se a criação e coleta de dados ambientais para microrregiões.

Com a observação da qualidade do crescimento das microrregiões e as comparações feitas, podem-se fazer recomendações e avaliações gerais para políticas de desenvolvimento ou aperfeiçoamentos pontuais em alguns aspectos sócio-econômicos. O poder público e as iniciativas que poderão ser feitas de modo a incrementar a qualidade do crescimento passam, para as microrregiões de Ituporanga e Tabuleiro pelo cuidado com a estagnação e migração populacional que dão mostras de exacerbação. A população jovem precisa ter perspectivas na sua terra além da preocupação com a população idosa que implicam em estrutura de saúde voltadas para as características dessa faixa etária. Também o cuidado com a migração rural que significa gastos com maior infra-estrutura urbana. Especialmente a microrregião de Tabuleiro para melhorar sua qualidade do crescimento deve continuar investindo em educação para reverter o pequeno aumento da desigualdade.

Para as microrregiões de Xanxerê e Curitibanos o foco deve ser no combate ao desemprego, melhoria da educação e desigualdade. Para diversificar as atividades econômicas de modo a absorver a massa de novos trabalhadores urbanos pode-se incentivar a implantação de cursos técnicos aliado ao incentivo ao empresariado. A qualificação da mão de obra mais incentivos fiscais para instalação de indústrias e empresas de serviço podem ser importantes para absorver a mão de obra e também devem aproveitar a urbanização que ocorreu para utilizarem as vantagens da economia de aglomeração. A desigualdade que perpetua pobreza e baixa produtividade pode ser combatida com políticas educacionais focando na qualidade da educação básica, alfabetização de adultos, enfim a amplitude no investimento do capital humano tende a equiparar as oportunidades e tem efeitos indiretos na qualidade da saúde também. A

pobreza atinge cerca de 30% da população dessas microrregiões e é outro foco a ser combatido. Com melhor qualificação e educação e um incentivo a iniciativa privada pode-se melhorar a qualidade do crescimento ao reduzir o desemprego, distribuir melhor os resultados do crescimento, diminuir a pobreza e garantir a paz social.

Outra recomendação geral para todas as microrregiões passa pela qualidade do gasto público e qualidade da educação. O gasto público não significa altas somas e sim no modo como é investido e se o dinheiro público realmente chega ao destino. Para isso, a qualidade das instituições, da gestão pública e da governança e controles externos devem ser isentos e eficientes. Os entraves burocráticos e a corrupção prejudicam o crescimento sustentado e as melhorias para a população conforme a visão da qualidade do crescimento, assim muitas das melhorias necessárias citadas neste trabalho para as microrregiões implicam em uma gestão pública eficiente, baseada na meritocracia e buscando a transparência nos seus gastos e ações para permitirem a fiscalização pela população e evitarem políticas distorcidas que dêem preferência a acumulação de capital físico e subinvestimento em capital humano.

Referências bibliográficas

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento redução da pobreza**: reflexão e perspectiva. Banco Mundial. 2004.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de (Org.). **Manual de Economia**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 403-424.

CNM (Confederação Nacional de Municípios) Disponível em <<http://cnm.org.br>> acesso em: 10/01/2008.

IBGE. **Estimativas de População**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em 25/11/2007.

ICEPA. Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/>>. Acesso em 26/02/2008

INEP. Disponível em: < <http://ideb.inep.gov.br/Site/>>. Acesso em 20/10/2007

IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 25/011/2006.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. O que é o desenvolvimento econômico. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 2 jan. 1994. Economia Ilustrada.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1998. p. 272-274.

Manual de Economia. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 403-424.

MILONE, Paulo César. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de (Org.). **Manual de Economia**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 511-524.

MONTIBELLER, Gilberto. IDSA: um método de avaliação do desenvolvimento socioeconômico e ambiental. **Textos Socioeconômicos**, Florianópolis, jul. 1999.

PNUD. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 10/10/2007.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 11 ed. São Paulo: Best Seller, 2002. 649p.

Secretaria de Estado do Planejamento - SC. **Dados estatísticos municipais**. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/>>. Acesso em: 10/10/2007.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5.ed. ver. São Paulo: Atlas, 2005.

THOMAS, Vinod. *et al.* **A qualidade do crescimento**. Ed. UNESP, 2000. Disponível em<<http://www.bancomundial.org.br.>> Acesso em: 2007.